

**Jornalista Lúcio Flávio Pinto, homenageado da 59ª Reunião Anual da SBPC***JORNALISMO ESSENCIAL: RECONHECIMENTO DA CIÊNCIA*

Fiz minha primeira palestra em 1967, em Santarém. Estava com quase 18 anos e acabara de ganhar um prêmio, que o Lions Internacional criara para premiar o melhor ensaio sobre o tema "a paz é possível?". Os leões da terra natal queriam que eu lhes apresentasse minha dissertação, o que fiz, nervosamente.

A segunda palestra só aconteceu dois anos depois, em 1969. A única razão para falar sobre a Amazônia para distintas senhoras de um clube feminino instalado na avenida Estados Unidos, nos lindos jardins de São Paulo, era ter nascido na Amazônia. Senti-me como um índio quinhentista nos salões reais da Europa. Sem a companhia de periquitos e papagaios, é claro.

Acho que já passei dos dois milhares de palestras desde então. Vejo numa anotação que em 1982 elas somavam 962. De lá para cá não deu mais para manter o registro. Em mais de 95% dos casos, foram apresentações gratuitas. Geralmente porque concordei com a relação, risonha e franca, "pela causa"; mas também por abuso de muitos dos meus anfitriões, mal acostumados à minha fidalguia, às vezes compulsória (como no caso do herói, sem tempo para fugir).

É que, quando tinha um salário fixo, não me importava em ser explorado, especialmente quando era uma exploração lúdica, que me proporcionava a oportunidade de ter contato direto com muitas e diferentes pessoas, o melhor nesse missionarismo palestrante. Queria disseminar informações, partilhar idéias e fomentar interesse pela Amazônia. Há mais de uma década, porém, vivo de rendimentos eventuais. Eu me reciclei para viver assim. Meus convidados, não.

Mas não é esse detalhe lateral o que interessa. Queria falar sobre o constrangimento que involuntariamente eu criava quando tinha que ser apresentado ao público. O apresentador indagava pelo meu título. Eu respondia rapidamente, sem qualquer dúvida sobre a minha condição: jornalista. "Só?", reagia o interlocutor.

Durante alguns anos, era só isso mesmo. Um tanto contrariado ou constrangido, o apresentador declarava o meu título, como se pedisse desculpas. Algum tempo depois que me formei em sociologia, já ciente da circunstância desfavorável, acrescentei meu título acadêmico ao profissional. Propicieu um grande alívio ao apresentador, sobretudo no meio acadêmico. Eu deixava de ser "apenas" jornalista: felizmente, era também sociólogo. Surgia então uma explicação mais aceitável para eu ser convidado para as palestras.

Quando comecei a trabalhar, o jornalismo era associado a empirismo, impressionismo, inexactidão, imprecisão, incapacidade para demonstrar, falta de base documental, não-científico. Havia boa dose de preconceito nessa atitude, mas o procedimento dos jornalistas alimentava essa má-vontade, enfática nos acadêmicos. Quanto mais eles destacavam o que os distinguiu e distanciava dos jornalistas, mais reforçavam seu próprio valor como homens de ciência, mesmo quando agiam assim inconscientemente.

Entrei pela primeira vez como profissional, na redação de A Província do Pará, em 1966, com um caderno na mão. Logo observei: era o único com esse hábito. Os demais pegavam algumas folhas de papel (as laudas, que na Província eram rudimentares: nem marcação tinham), nelas faziam suas anotações e as jogavam fora quando concluíam a matéria.

Comecei minha pregação para que todos usassem cadernos. Assim poderiam transformá-los em arquivos, recorrendo a eles quando necessário. Ainda mais porque apenas uma parte das anotações ia para o texto que escreviam, chegando dessa forma à página impressa do jornal. As laudas acabavam na cesta de lixo, destino inglório, desperdício de informação, que nunca mais podia ser recuperada.

Tenho centenas de cadernos meus e alguns outros de terceiros. Um dos meus projetos para a velhice é voltar a eles e tentar abordar a história que vivi e testemunhei de uma perspectiva mais pessoal, menos enquadrada no rigor da bitola jornalística. Literária, talvez, se um dia os astros me soprarem algum talento para lidar com essa arte, que se mantém fora do meu alcance criativo (limito-me a ser um

apreciador de literatura). Alguns desses cadernos são preciosos. Por exemplo: os que Raimundo Rodrigues Pereira escreveu durante a edição especial da revista Realidade sobre a Amazônia, em 1971, meu maior troféu nessa empreitada.

Raimundo foi um dos meus mestres no aprendizado do jornalismo. Através dele, me confrontei com o rigor das ciências exatas, meu bicho-papão na escola convencional. Raimundo viera da física para o jornalismo. Com ele, não podia ser mais ou menos. Só aceitava colocar em letra de forma o que pudesse ser exemplificado, demonstrado, reconstituído. A apuração precisava ser meticulosa e bem clara a exposição. Além disso, o texto tinha que conter humor, ironia, espírito (no sentido daquela "espirituosidade" capaz de distinguir a pessoa brilhante do tipo padrão).

Espicaçado pelas exigências e cobranças de Raimundo na retaguarda da edição, íamos para "campo" mais alertas e perspicazes. Se não levávamos tanta munição perceptiva, tínhamos que reescrever, voltar a checar, ampliar a apuração dos fatos, enriquecer, evoluir. Evoluí tanto com esse mestre que cheguei ao estágio de me confrontar com ele. Chegara a minha vez de passar para o outro lado, o lado que até então fora o dele. Ainda considero Raimundo meu parâmetro superior de jornalismo em tudo, exceto, talvez, em Amazônia. O que mais me honra é poder tê-lo - se não como igual - como um equivalente, poder ombreá-lo algumas vezes.

Qual era esse ponto de nivelamento por cima, marcante nessa geração, que entrou nas redações entre o golpe militar de 1964 e o AI-5, de 1968? O pé que ela tinha na universidade, principalmente. Fomos buscar um diploma. E como ainda não havia essa bitola empobrecedora, a busca foi ampla e imprevisível. Vários, como Raimundo, vieram da física.

Acho que esta foi a novidade em relação à geração anterior, que sobreviveu ao Estado Novo (1937-1945) ou se revelou com a democratização seguinte. Os jornalistas desse período foram até mais brilhantes do que nós, mais amplamente talentosos, com maior diversidade de recursos pessoais. Mas confiaram exageradamente em seus talentos, em sua intuição, em seu brilho excepcional. Estudavam pouco, apuravam insuficientemente, não davam aos fatos a importância que eles intrinsecamente têm (e precisam sempre ter) no trabalho do jornalista. Não tinham método, em suma.

Foi essa a novidade que a universidade deu aos jornalistas que passaram a frequentá-la na década de 60 do século passado. Não importava tanto qual o curso superior que faríamos, uns aparentemente mais coerentes, nas ciências humanas, outros parecendo deslocados, nas exatas e naturais. Talvez as humanas dessem maior capacidade crítica, mas as exatas e naturais imprimiam maior apreço pela exatidão dos fatos, por sua demonstração, graças ao seu experimentalismo.

Seguindo um ou outro caminho, ou os combinando, através do diálogo e da experiência em comum, aprendemos a agir e raciocinar com método, por etapas, trabalhando com hipóteses, seguindo um roteiro, suficientemente consistente para nos orientar, mas aberto às novidades, para não nos limitar. Demarcando o caminho com pedras, para poder refazê-lo, e não com miolo de pão, a causa da perdição de João e Maria na fábula infantil. Não estávamos mais sujeitos à tentação de reinventar o mundo a cada dia de trabalho: nos encaixávamos no processo cumulativo de informação e conhecimento do nosso meio, do mundo, da humanidade.

Essa formação acadêmica nos protegeu do empirismo e da falta de rigor que predominava no jornalismo. Eu chegava à redação com meu caderno e saía com um bocado de papel debaixo do braço, que arrebanhava principalmente no gabinete do diretor de redação e meu primeiro e maior mestre, Cláudio Augusto de Sá Leal.

Ganhei meu primeiro apelido: "sovaco ilustrado". O ceticismo geral, implícito nesse batismo, diminuiu um pouco depois do primeiro "furo", ainda em 1966: uma entrevista exclusiva com o historiador inglês Arnold Toynbee, considerado o maior na época, que passou por Belém a caminho dos Estados Unidos, para uma palestra. Carlos Gomes Lopes, o secretário do jornal, foi o autor do novo apelido: passou a me chamar de Toynbee.

Uma das minhas qualificações para a matéria, reproduzida em página inteira pelo Correio da Manhã, do Rio (o que me ajudaria depois, na temporada carioca), era conhecer pelo menos parte da obra do autor de Um Estudo da História, um cartapácio em 15 volumes (na minha edição), que reconstitui a trajetória da humanidade. O velho historiador, que morreria anos depois, foi condescendente com o menino curioso ao constatar que seu entrevistador podia dialogar com certo conhecimento de causa sobre o tema proposto.

Nessa época não havia nenhum arquivo de texto nos jornais de Belém, recurso ainda pouco usual até mesmo na grande imprensa nacional. Tentei sem sucesso sensibilizar a direção de A Província para esse investimento vital, mas somente anos depois ela aceitou criar o primeiro arquivo do jornal, restrito,

porém, a fotografias. Até hoje essa é uma das mais flagrantes lacunas na retaguarda da imprensa local, que tentei compensar com a montagem de um banco de dados na Funtelpa (Fundação de Telecomunicações do Estado). Iniciado e interrompido, ficou pelo caminho, fulminado pelas tradicionais complicações políticas de um órgão público. Espero que, mesmo em estado embrionário, ainda subsista. E um dia tenha continuidade.

Esse é recurso essencial para um jornalismo de melhor conteúdo. Uma das razões do sucesso do Jornal do Brasil na passagem entre os anos 50 e 60 foi o seu Departamento de Pesquisa, criado por Murilo Felisberto, recentemente falecido (sem o destaque merecido), e aprimorado por Fernando Gabeira.

Muitos leitores, como eu, liam os textos do JB de baixo para cima, do box, preparado pelo Departamento de Pesquisa, para a matéria do dia. Esse modo de proceder enriquecia o acompanhamento do cotidiano ao encadeá-lo no processo histórico. Quando me mudei para o Rio, esse templo foi minha inalcançada meta. Mas usufruí imensamente com as longas horas que passei nos arquivos do Diário de S. Paulo, do Estadão e do Dedoc da Editora Abril.

Antes mesmo de me profissionalizar eu já organizava minha coleção de recortes de jornais e revistas, um fardo que foi crescendo paquidermicamente ao longo dos anos. Também procurava documentos oficiais e publicações corporativas, o que me tornou cliente precoce do IBGE, quando o instituto funcionava bucolicamente na avenida Gentil Bittencourt e ali pontificava João Álvaro, o locutor esportivo de voz agradavelmente rouca (como a de outro mestre, Edyr Proença). Ele era o amável intermediário para obter as séries estatísticas e outros numerosos papéis, devidamente enquadrados pelo armazenados sovaco.

Fui leitor compulsivo desde a primeira hora da alfabetização, ainda em Santarém, com a irmã Norina, no Colégio Santa Clara, e, por isso mesmo, desorganizado, caótico. Mas o acesso à teologia e à filosofia dos primeiros existencialistas - e, em seguida, a Sartre - me fez perceber que precisava de disciplina. Queria continuar a ler pelo princípio do prazer, que se tornou meu norte de vida. Mas tinha também que produzir, criar. Para isso, precisava seguir um processo de acumulação de dados, sempre mais seguros e mais amplos, guiado por uma bibliografia sistemática. Tal necessidade foi amparada por meu pai, que abriu em meu nome uma conta-corrente na exuberante Livraria Martins, comandada à sombra pelo generoso "seu" Carlos e, na vanguarda, pelo sempre gentil "seu" Gama. Como comecei a trabalhar cedo, logo passei a sustentar a pesada conta.

Sempre à cata de curiosidades interessantes para ilustrar meus "causos" ou para desvendar raízes obscuras ou insólitas, também fui imberbe cliente da Livraria Econômica, de Eduardo Failache, na quadra seguinte da travessa Campos Sales, no perímetro que estava deixando de ser um dos mais charmosos da cidade, se não o número um mesmo. Pouca gente sabia que o "sebo" tinha esse pomposo nome, mas na maioria das vezes a livraria não o merecia mesmo: afinal, Dudu raramente era econômico na fixação dos preços, ao menos no lance inicial.

Para chegar a um valor contratual era preciso negociar, cobrar ou mesmo xingar, ameaçando nunca mais pôr os pés naquele reduto da luxúria. Nessas ocasiões, tempos depois de entrar pela primeira vez naquele tugúrio de livros, eu dava alguns passos, saía do local da pugna, tomava o elevador, subia até o 8º andar do edifício Justo Chermont, me acalmava na sede da sucursal de O Estado de S. Paulo, onde trabalhava, repensava, e voltava ao sítio da contenda feroz para formular um novo lance pelo cobiçado butim. E assim se passaram os longos anos de esgrima verbal com Dudu, até levá-lo à última morada, no ano passado, como o único cliente que respondeu presente ao derradeiro encontro entre amigos.

Graças a essa dupla via, acho que formei minha carapaça de jornalista sem perder o enchimento de vivacidade e leveza, que a leitura por puro prazer proporciona. Como eu, muitos outros que, em várias partes do país, seguiam a mesma trajetória, no rumo de um jornalismo enriquecido. Tão acrescido que começaram a surgir adjetivos acompanhantes para qualificá-lo: investigativo, econômico, ambiental, indigenista, amazônico.

As especialidades, de fato, são necessárias. Mas são complementares, uma ferramenta a mais no estojo de um profissional que é específico, único e útil porque testemunha acontecimentos tão díspares, testemunhando-os de fato, não por mera leitura, por ouvir dizer. Esteve no olho do furacão. Pode dizer: "meninos, eu vi". Sem ser presunçoso ou pretensioso. Empenhado em assegurar para a sociedade a perenidade do cotidiano, eliminando o efêmero que se esfuma no dia-a-dia, desprovido de conteúdo, de história.

Fazer esse jornalismo é difícil e desgastante. Quando saímos para uma reportagem especial, que geralmente exige viagem, seguimos orientados pela consulta a material de arquivo, mas não só isso, que se tornou trivial (embora não seguro) com os google da vida, acessíveis pela rede mundial de computadores. Dispomos de um método científico, que nos possibilita aplicar amostras ao universo que

iremos cobrir, perceber tipos, extrair (ou aplicar) conceitos a uma realidade que se apresenta aparentemente inescrutável, amorfa, indefinida.

Claro que não vamos "a campo" apenas para confirmar hipóteses ou teorias. Se fizéssemos isso, nosso jornalismo não teria valor. Temos que estar em condições de perceber as novidades, as diferenças, os específicos de cada caso que abordamos. Mas não atiramos ao léu. Se quisermos que nosso material tenha concretude e valor de referência, precisamos entrevistar muita gente, percorrer muitos lugares, captar o que está no ar, disseminado pelo universo. E o texto precisa ser claro, acessível, fluente. Para ser lido e entendido.

Só um profissional que tem ao seu alcance a maior diversidade possível de experiências humanas, que pode transitar entre todas as partes da sociedade, do alto do poder até a base da vida dos indivíduos, em contato com as pessoas mais célebres e as mais anônimas, pode combinar os dois elementos: a informação fresca, captada em sua fonte primária, e a narrativa cativante, que atrai o interesse e fixa a atenção. Alguns jornalistas evoluem tanto que se tornam escritores. E, às vezes, vice-versa, mas com frequência muito menor porque o trânsito no sentido contrário é muito mais difícil.

Com tudo isso, o jornalismo passou a ser, pelo menos, uma "quase-ciência". E jornalistas pularam o muro da academia, se tornando pesquisadores, professores, autores de livros que podem ser citados, que podem ser incluídos em bibliografias de publicações acadêmicas, avalizados pelo sinete da ciência. Aparência fugaz de cotidiano, vai marcar a vida das pessoas, do local específico ou de cenários muito mais amplos.

Quando realiza esse trabalho, o jornalismo se transforma numa fonte indescartável de referência. Mesmo quando não é citado explicitamente, por motivos vários (incluindo a desonestidade intelectual de diversos autores), é matriz de cultura, no seu mais amplo sentido antropológico. É o pára-choque da sociedade, seu barômetro, sua biruta e sua ferramenta de trabalho.

O maior exemplo do significado desse jornalismo é I. F. Stone, jornalista americano que morreu aos 82 anos, em 1989. De 1953 a 1971 ele editou, sozinho, seu I. F. Stone's Weekly (a partir de certo período, quinzenário). O material do semanário sempre foi usado pelos acadêmicos, porque Stone lia, traduzia e interpretava documentos oficiais, geralmente áridos e pouco lidos, apesar de sua importância, mas raros o citavam. Apropriavam-se de seu texto ou o tomavam como pista para suas pesquisas, sem o devido crédito.

A pirataria começou a se tornar mais evidente quando seleções do Weekly passaram a ser publicadas na forma de livro, 10 anos depois do surgimento do "jornalzinho". Hoje, é impossível considerar a "outra versão" dos anos 50 a 70 sem passar por Stone, respeitando seu legado.

É esse acervo que foi modificando o relacionamento entre a academia e o jornalismo. Depois de muitas palestras, na recepção ao meu título de jornalista já não era tão marcante a reação adversa do apresentador e do público. A muleta da sociologia ainda ajudava - e continua a ajudar - meu tráfego entre os sacerdotes do saber, minha aceitação pelos que, afinal, são um tanto meus pares. Saí da Universidade Federal do Pará há 10 anos, mas continuo a ser tratado como se fora professor da instituição (aposentado, segundo alguns sites durante a reunião da SBPC).

O título, dado sem minha sugestão, mais por gravitação de uma necessidade protocolar, me honra muito. Minha memória dos sete anos na UFPA é boa, mantém agradável recordação e saudade. Quando o balanço é positivo, o título se torna vitalício, como o dos senadores italianos, sem a contaminação dos benefícios espúrios da vitaliciedade, quando imerecida. O título me ajuda a me sentir em casa quando subo do jornalismo à academia, como fiz dezenas e dezenas de vezes nesse já longo ciclo de palestras.

Foi como me senti no dia 8, dentre mais de duas mil pessoas, ao receber a homenagem especial na sessão de abertura da 59ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a segunda realizada na Amazônia, ao que parece a primeira homenagem desse tipo prestada a um jornalista e a um paraense-amazônida. Foi a homenagem da maior entidade científica do continente a um jornalismo que, como a poesia de Carlos Drummond de Andrade, está comprometido com seu tempo e sua gente. Um tempo presente, um mundo presente, como disse nosso irmão-gêmeo de terra minerada, o homem que lamentou a perda de Itabira, mas não pôde ver Carajás.

Sem o poder dos versos e sem a grandeza de Drummond, o que nos resta é sermos operários, que moldam com palavras a percepção desta nova epopéia, tão distante das Minas Gerais, tão ao feito dos seus feitores. Nenhum de nós extraiu de si até agora lamento como o de Drummond. Conseguiremos, então, criar uma história que não dê motivos para versos de tristeza, como os do poeta itabirano?

É a fé que a generosa lembrança da SBPC deixou dentro de mim e que a memória dos meus dias de infortúnio ainda não apagou. Ficam aqui entre nós, no meu jornal pessoal, para a fecundidade do encontro e da revelação, e nas pessoas de boa vontade que o têm apoiado e são sua razão de ser.

**Lúcio Flávio Pinto, jornalista, sociólogo,  
é editor do Jornal Pessoal, semanário que  
circula em Belém do Pará há 20 anos.**